

# Devenir métropolitain – Politique d’intégration et parcours de rapatriés d’Algérie en métropole (1954-2005)

Yann Scioldo-Zurcher

2010, Éditions de l’École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris

Isabel Maria dos Santos Lourenço\*

p. 181-185

O autor propõe discutir a política francesa de integração dos repatriados da Argélia e os seus resultados. Assim, para “analisar o primeiro exemplo de política de integração iniciada por um Estado que, até ao momento, se manteve bastante discreto nesta matéria” (p. 28), explora a temática em três divisões cronológicas/abordagens que se entrecruzam e complementam (“Tornar-se repatriado” – capítulos I, II e III; “O Estado e os repatriados” – capítulos IV, V e VI e “Tornar-se metropolitano” – capítulos VII, VIII, IX e X).

No capítulo introdutório (pp. 15-28), apresenta-se, em primeiro lugar, uma síntese do estado da arte, defendendo-se que a reflexão histórica sobre os *pièdes-noirs* se tem deparado com “numerosos romances e testemunhos que apresentam uma memória, repleta de vingança e de vitimização, que procura «restabelecer» uma verdade que os autores consideram ignorada aos olhos da «História oficial»” (p. 19). Definem-se, seguidamente, as questões fundamentais da investigação: compreender os mecanismos que conduziram ao regresso massivo dos franceses da Argélia e a evolução das políticas públicas de acolhimento e de integração dos repatriados. Por último, enumeram-se as fontes selecionadas: cartas de franceses da Argélia a responsáveis políticos ou a “indivíduos influentes” (p. 25); arquivos nacionais, bases de dados nacionais, arquivos locais e de departamentos (Seine e Puy-de-Dôme).

Na parte I – “Tornar-se repatriado” (pp. 28-158) – os três primeiros capítulos traçam um perfil do êxodo (I – Os franceses da Argélia e a guerra de independência da Argélia; II – Repatriar os franceses da Argélia; III – Abandonar a Argélia), e dos repatriados, a partir das primeiras vagas migratórias, nos primeiros anos da guerra, até ao retorno massivo em 1962. “A cadência dos repatriamentos acelerou consideravelmente a partir de maio de 1962 e os

---

\* CEAUP

repatriados que atravessaram o Mediterrâneo em junho eram cerca de 480 000” (p. 141). De facto, a posição social dominante dos franceses da Argélia, bem como as suas percepções sobre o conflito (1954-62) e sobre o processo de independência, revelaram-se fatores decisivos, a considerar nas políticas de integração.

O discurso colonial repressivo predominante, inicialmente instrumentalizado pelo poder político e por uma imprensa comprometida, que defendia que “as disparidades sociais entre franceses e argelinos se justificavam pelo «*savoir-faire*» agrícola francês” (p. 37), ou seja, “ditos racistas que atribuíam as causas da miséria a características étnicas ou religiosas” (p. 37), mobilizavam os colonos para uma união, frequentemente assente no medo, em defesa de uma Argélia francesa. Deste modo, assiste-se a um “desencontro”, senão divergência hostil, entre os franceses da colónia do norte de África e os franceses da metrópole, “ao ponto de comprometer, pelo menos durante algum tempo, a unidade nacional francesa” (p. 61). Com a independência, e a liderança da F. L. N. – *Front de Libération Nationale*, o repatriamento, mesmo que indesejado, tornava-se inevitável, pelo que o Estado francês começa a preparar os apoios indispensáveis, inicialmente sobre a forma de ajudas no transporte; mais tarde, no alojamento e, finalmente, na integração profissional. No capítulo II referem-se as instituições e os mecanismos, criados ainda antes do regresso massivo dos *pièds-noirs*, para responder ao repatriamento dos colonos dos protetorados magrebinos, que se ocuparam, num primeiro momento, com a definição clara do repatriado como indivíduo “necessitado” (classificação dependente das embaixadas e dos consulados) e que privilegiavam o princípio de continuidade profissional. Finalmente, a Lei de 26 de dezembro de 1961 enquadra os repatriados e preside à sua integração profissional, com base no princípio de solidariedade nacional. Discute-se ainda se as medidas a propor se deveriam centrar na integração ou na indemnização. A definição das ajudas aos repatriados surge com o Decreto-Lei de 10 de março de 1962, “tardio, pois o governo não queria desencadear a partida dos franceses da Argélia” (p. 25), e incluem: prestação mensal imediata, com a duração de cerca de um ano, e próxima do salário médio nacional, visando uma integração laboral tranquila, sem necessidade de recurso a despromoção profissional; empréstimos a trabalhadores independentes; integração dos funcionários públicos (29 % dos repatriados) nas estruturas estatais da metrópole, já previamente antecipada com a anterior fusão das administrações francesa e colonial argelina; subsídios a inativos e a inválidos e indemnizações particulares, por bens abandonados.

No capítulo III analisam-se os movimentos migratórios, desde os primeiros conflitos entre franceses e argelinos, que se traduziram num êxodo rural e na primeira vaga de repatriados: agricultores franceses da Argélia que iniciaram a venda de terras a argelinos e o investimento em terras na metrópole. Em 1960, o recenseamento contabilizava 1 024 000 colonos franceses a residir na Argélia, enquanto em 1961 já eram apenas 860 000, o que pode ser explicado pelo “ambiente” de guerra, mas também pela situação económica precária da colónia, especialmente a crise no setor da construção. Estes primeiros repatriados foram sujeitos a uma política autoritária de recolocação nas zonas rurais e usufruíram de algumas ajudas sociais, atribuídas segundo critérios pessoais, e subjetivos, dos responsáveis locais. Em 1962, a violência e a falta de segurança generalizaram-se: imposições abusivas, humilhações, ameaças, roubos, raptos, ataques a símbolos cristãos e assassinatos. Os franceses da Argélia encontravam-se perante um Estado argelino autoritário e incapaz de os proteger. Acrescem as nacionalizações massivas dos bens franceses e a interdição de exercício de determinadas profissões. Os episódios traumáticos, vividos pelos colonos franceses,

e largamente difundidos na metrópole, reconciliaram os franceses metropolitanos e da Argélia: “os franceses já não eram considerados indistinta e coletivamente como partidários da O. A. S. (*Organisation Armée Secrète*) que ameaçavam a integridade republicana (...), eram novamente considerados como membros da nação que era necessário proteger e ajudar” (p. 155).

Na parte II – O Estado e os Repatriados (pp. 159-301) - analisam-se as medidas do Estado, e a sua evolução, no acolhimento, no alojamento e na integração profissional dos repatriados: receber (capítulo IV), alojar (capítulo V) e promover o emprego (capítulo VI) dos franceses da Argélia. “O governo não se preocupava apenas em receber os repatriados e providenciar-lhes um teto. Procurava também adaptar toda a legislação prevista que se confrontava, por vezes com dificuldades, com as realidades do repatriamento” (p. 181). Assim, a criação de processos administrativos individuais, com informações essenciais sobre todos os chefes de família repatriados, ambicionava um acompanhamento sistemático dos mesmos, evitando o seu isolamento. As práticas administrativas foram evoluindo e adaptaram-se às situações concretas (repatriados sem documentação, política de impostos e casos não previstos pelo legislador, como as mulheres celibatárias e os idosos), até uma inclusão plena no sistema social metropolitano, ou seja, medidas não excecionais que preconizavam a integração plena na sociedade francesa. Foram ainda abrangidos os estrangeiros repatriados, cerca de 60 000, na maioria espanhóis exilados da ditadura franquista.

Nos primeiros meses do êxodo, conhecem-se os locais de maior impacto do repatriamento, através das estatísticas locais, mas não o número exato de repatriados, devido à sua instabilidade geográfica. No recenseamento de 1968, os repatriados representavam 1,82 % da população total e a sua distribuição espacial era bastante desigual, preferindo os departamentos meridionais. “Muitos investigadores viram na dificuldade de sedentarização, e na atração dos repatriados pelos departamentos meridionais, a procura de um clima perdido (...), o desejo de reconstituição das unidades familiares era particularmente forte” (p. 203). O alojamento (capítulo V) representava também uma preocupação da política estatal de integração, face a uma crise de habitação na metrópole. Procedeu-se a requisições de alojamentos e estabeleceram-se convenções com proprietários privados, sem resultados satisfatórios. A reserva e a construção de habitações sociais resolveram tardiamente o problema, com uma média de um ano e meio para usufruto de habitação definitiva, não evitando as condições deploráveis em que muitos repatriados foram alojados, em centros de trânsito ou de acolhimento, frequentemente organizados por critérios étnicos e de condição social. Por outro lado, “com os primeiros repatriamentos coloniais, o governo já tinha tentado distribuir os repatriados pelo território nacional (...) em «zonas críticas» que correspondiam aos locais onde os repatriados tinham «possibilidades de exercer as suas atividades com melhores hipóteses de sucesso» (...). As tentativas do governo para criar um movimento migratório dos repatriados da Argélia para essas regiões fracassou. (...) Concentraram-se nas zonas do sul de França e na região parisiense” (p. 222). De qualquer modo, não existem dados suficientes, e fiáveis, que permitam estabelecer a trajetória migratória dos repatriados.

A integração profissional dos repatriados (capítulo VI) resultou de uma intervenção estatal autoritária e de irregular concertação com atores económicos e sociais metropolitanos, o que não impediu uma reprodução das hierarquias da sociedade colonial argelina. Os funcionários públicos, integrados nos respetivos ministérios, beneficiaram de uma carreira profissional sem interrupções, apesar das distintas medidas de integração nos diferentes

ministérios, organismos e empresas públicas: integração imediata, criação de quadros de excedentes, criação de quadros específicos e política de reformas antecipadas. A despromoção profissional não foi, contudo, evitada nos funcionários menos qualificados. Os trabalhadores independentes acederam a empréstimos para criação de empresas, no entanto “os agricultores repatriados ocupavam um lugar especial nas preocupações do governo. A regra que estabelecia que os repatriados fossem reinstalados em condições equivalentes às abandonadas não se aplicava a estes. Revelou-se impossível a criação de grandes explorações, de monocultura intensiva, com lucros equivalentes aos da Argélia” (p. 254). O surgimento de práticas legislativas e administrativas realistas, e inovadoras, facilitou a integração profissional dos repatriados, apesar da crónica lentidão administrativa e das opções erradas, e não negligenciáveis, de recuperação de profissões sem futuro na sociedade metropolitana. Por outro lado, o país encontrava-se numa situação de crescimento económico de “5,7 % entre 1955 e 1968 (...)”, e tratava-se também de um sentimento de pertença nacional cujos benefícios eram não apenas o acolhimento de franceses, mas igualmente o regresso a uma paz social, particularmente difícil no desfecho da história colonial francesa” (p. 300).

Na parte III – “Tornar-se metropolitano” (pp. 303-393) observam-se as políticas de “pacificação” dos repatriados (capítulo VI), a evolução da política de acolhimento e de instalação para uma política complementar de indemnizações (cap. VIII e XIX) e o processo de “reconstrução” da memória dos *pieds-noirs*. “O governo adotou uma regulação social e política assente na repressão, no autoritarismo, na solidariedade e na empatia pública” (p. 306). Os repatriados assumiram uma imagem pública de grupo em integração ativa, vítima da guerra da Argélia independente, e almejando um reencontro com os metropolitanos, após oito anos de guerra. As ajudas do Estado não eram divulgadas, para evitar tensões e promover um processo de integração “bem-sucedido”, fruto da coragem e da capacidade de adaptação a situações difíceis dos repatriados. “Uma tal atenção do Estado deve-se, em parte, à evidência de um grupo considerável de repatriados que eram agora cidadãos franceses e estavam em condições de pressionar o governo pela voz das urnas. Era então fundamental ouvi-los” (p. 314).

Nos anos 70 (capítulo VII) retoma-se o princípio da indemnização, o qual nunca tinha sido totalmente rejeitado pelo Estado. “Era considerada pelos repatriados como um caso de justiça e pelo governo como o complemento indispensável à sua reinstalação e pacificação” (p. 333). Minimizando-se as ajudas prestadas pelas políticas de integração estatais, propõe-se compensar os repatriados, vítimas da descolonização, ao mesmo tempo que se pretende recuperar a celebração da obra “civilizadora” dos franceses da Argélia. Esta problemática conduziu, pelo menos, à distinção efetiva entre franceses da Argélia e franceses muçulmanos (cerca de 55 000) e ao reconhecimento de que os apoios prestados a estes últimos não responderam às suas necessidades e características. De qualquer modo, a legislação publicada não resolveu atempadamente a questão da indemnização, tardiamente instituída, e somente na resolução de casos particulares, pelo que esta evoluiu para um conceito de “reparação moral”, reparação de guerra da Argélia, que tinha implícita a reabilitação histórica dos franceses do ultramar e do período de colonização (capítulo XIX). A atuação política respondeu, embora com alguma lentidão, às dificuldades sociais dos repatriados, o que é frequentemente esquecido na “memória” das associações de *pieds-noirs* (capítulo X). Na verdade, segundo o autor, “a guerra da Argélia foi, em primeiro lugar,

amplamente revisitada e o processo que conduziu ao êxodo dos repatriados dos franceses da Argélia foi também muito simplificado” (p. 374).

Por último, numa brevíssima “história comparada das políticas europeias de integração” – capítulo X (pp. 391-392) concluiu-se que estas são distintas, em função do contexto económico e político, mas também do número de indivíduos envolvidos. O caso português é similar ao francês, enquanto a descolonização britânica foi mais planificada. Afirma-se ainda que “a memória dos repatriados não recorda os apoios que lhes foram prestados. Prefere explicar as integrações pelas capacidades individuais e coletivas” (p. 391). Esta “reconstrução” da memória dos *pieds-noirs* pode ser compreendida pela tardia atuação do Estado, o que acarretou episódios/memórias traumáticos, e pelo “silêncio” em torno das ajudas concedidas, com o objetivo de pacificar dois grupos de cidadãos: repatriados e metropolitanos. A investigação apresentada por Sciolo-Zucher (tese de doutoramento) é uma abordagem interessante e relevante na historiografia sobre os *pieds-noirs*: percursos migratórios e integração de “imigrantes que não são estrangeiros” (p. 11). Descreve o estado da arte nesta temática, um recurso valioso para os investigadores dos processos de descolonização europeus e, nas últimas páginas, fornece ainda uma cronologia que relaciona os principais acontecimentos históricos com a adoção de medidas legislativas (1945 a 2005).

No caso da descolonização da Argélia, as informações disponíveis são insuficientes e pouco rigorosas, pelo que o autor selecionou fontes primárias diversas, incluindo a análise de conteúdo de cartas de repatriados, pretendendo colmatar a inexistência de bases de dados organizadas, consistentes e fiáveis.

São exploradas as características da sociedade colonial da Argélia, bem como o período de guerra e da independência, elementos essenciais nas políticas de integração e nos seus resultados. O autor centra-se no papel do Estado na integração dos repatriados, aliás estabelece inicialmente esse objetivo principal no capítulo introdutório, e minimiza o papel da comunidade metropolitana, e das famílias em particular, no acolhimento e no apoio aos franceses da Argélia, sabendo-se que se “estimava que 60 % dos repatriados que chegavam a Paris, durante o mês de junho de 1962, tinham um endereço para o qual se dirigiam depois desembarque. Os 30 % restantes, entre eles 5 % de «casos sociais» (...) beneficiavam de alojamento” (p. 164).